
DINÂMICAS DAS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA

Julia Siqueira da Rocha – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Ione Ribeiro Valle – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO

Este artigo visa socializar parcela significativa dos resultados de uma dissertação sobre violências nas escolas. A pesquisa foi desenvolvida no curso de mestrado em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação e parceria da professora doutora Ione Ribeiro Valle. Organizamos uma base de dados quantitativos e empreendemos sobre eles uma análise sociológica, das dinâmicas e dimensões das violências em contextos escolares, investigando-as a partir dos agentes, dos tipos de ocorrências e dos discursos, além de relacionar as similitudes e divergências nos estabelecimentos públicos e privados. Assim, produzimos também dados qualitativos sobre o fenômeno, que ilustraremos com os fragmentos dos relatos dos envolvidos, coletados em Delegacia de polícia.

PALAVRAS-CHAVE

Violência; Escola; Prevenção; Política Pública.

DYNAMICS OF SCHOOL VIOLENCE IN SCHOOLS**ABSTRACT**

This article aims to socialize significant portion of the results from a dissertation about school violences. The research was developed in the education master's degree course, in the Federal University of Santa Catarina, Brazil, under the supervision and partnership of Professor Ione Ribeiro Valle, Ph.D. We organized a quantitative database, and in this way we worked on a sociological analysis of dynamics and dimensions of violence at schools, investigating them based on the agents, types of events, and the speeches, as well as relating the similarities and the differences regarding them in public and in private establishments. Thus, we have also produced qualitative data about the phenomena, which will be illustrated within the fragments of the reports involved, all collected in the police department.

KEYWORDS

Violence; School; Prevention; Public Politics.

A PESQUISA E SEUS CAMINHOS

Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!

Paulo Freire (1921-1997)

Esta pesquisa¹ se inscreve em estudos sobre justiça na educação e teve por objetivo central produzir uma análise sociológica das dinâmicas e dimensões das violências nos contextos escolares, investigando-as a partir dos agentes², dos tipos de ocorrências e dos discursos, além de relacionar as similitudes e divergências nos estabelecimentos de ensino públicos e privados da cidade de Florianópolis-SC. Para desenvolvê-la, formulamos a hipótese de que as violências nos contextos escolares podem ser entendidas de forma diversa do que a usualmente divulgada, tratando-se, sobretudo, de uma mera reprodução das violências externas vivenciadas dentro dos muros escolares.

Para obter os dados iniciais sobre violências em escolas, selecionamos como campo de estudos a Delegacia da Mulher, da Criança e do Adolescente de Florianópolis, onde coletamos os Boletins de Ocorrência que continham denúncias de violências vivenciadas em ambiente escolar no período de 2005 a 2008. A análise sociológica proposta exigiu-nos uma série de procedimentos metodológicos, concordando com Bourdieu (2007, p. 27), quando afirma que "o objeto de estudo vai se construindo na própria pesquisa. Construção essa que não pode ser apreendida em manuais epistemológicos ou metodológicos".

Nesse sentido, a opção foi não adotarmos uma postura que reduzisse as possibilidades de transitar por distintos caminhos, e sim, conduzirmos o estudo inspirados especialmente na etnografia, em que uma combinação de procedimentos permite-nos desvelar as relações em contextos plurais, tal como a escola e os fenômenos violentos. Geertz (1989, p. 94) define como procedimentos investigativos em etnografia "estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante". Escolhemos, pois, trabalhar com a vertente qualitativa e quantitativa de pesquisa, por concordarmos com Minayo (2007),

¹ A pesquisa foi publicada na íntegra pela editora Insular no ano de 2010 sob o título: Violências na Escola: da banalidade do mal à Banalização da pedagogia.

² O termo agente, no campo das violências, costuma estar carregado de estereótipos em face das funções ligadas ao sistema policial e penitenciário, que recebem as denominações de agente de polícia e agente penitenciário. Nesta pesquisa, seu uso está associado à compreensão sociológica do termo, que atribui às pessoas a condição de assumir, exercer e gestar sua vida. Todos temos agência, ou seja, somos ativos nas relações estabelecidas. O sociólogo Pierre Bourdieu costuma empregar o termo em seus escritos, no sentido de diferenciá-lo de sujeito, que para ele significa estar assujeitado a algo ou alguém, e também ao termo ator, em que as pessoas têm uma postura de assumir papéis de forma consciente para atuação na sociedade.

que as entende não em oposição, mas de forma complementar, sem haver hierarquização de uma vertente sobre a outra. Na abordagem quantitativa, podemos perceber estatisticamente, no quadriênio 2005-2008, como se movimentaram os fenômenos violentos nas escolas de Florianópolis, tanto pela predominância quanto pela estabilidade de quem os praticou, de suas formas e do tipo de escolas em que ocorreram. Já na abordagem qualitativa, importou-nos conhecer o teor dos documentos no que tange a seus sentidos, significados e simbolismos, podendo, inclusive, relativizar as leituras oriundas da análise quantitativa.

VIOLÊNCIAS: ALGUMAS CONCEPÇÕES

As violências, presentes sob diferentes formas nas sociedades ao longo da história, constituem-se em um fenômeno³ relacionado a um significado⁴ socialmente construído e capaz de assumir sentidos⁵ diversos segundo o tempo e o espaço.

A violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade. Não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente. Pelo contrário, a dialética do desenvolvimento social traz à tona os problemas mais vitais e angustiantes do ser humano (MINAYO, 1994, p. 1).

O uso do termo violência(s) no plural, tem servido a uma gama de situações bem distintas que, pelo sentido apresentado pela literatura específica, pode abranger violências físicas, psicológicas e sexuais, dentre outras; e por sua vinculação aos agentes e/ou âmbito de convivência, violências infantis, juvenis, domésticas e escolares. A polissemia da palavra e a amplitude do conceito apontam para a difícil delimitação do objeto de estudo, exigindo que percebamos sua realização no espaço social, ampliando o escopo de significações sempre vinculado a uma dada realidade. Assim, talvez pudéssemos recolocar melhor a questão, se nos perguntássemos qual a visão dominante da sociedade atual sobre violências. Ou, quem sofre, vive e fala de violências hoje?

Para nortear as análises propostas, procuramos conhecer algumas concepções e dimensões das violências, trabalhando com diversos autores. No entanto, neste artigo enfatizamos as reflexões de Hannah Arendt (1994), Jonh Keane (1996) e Bourdieu e Passeron (2008).

³ No sentido sociológico corresponde aos comportamentos, ações e situações observadas em determinadas sociedades, organizações e grupos.

⁴ Significado aqui entendido como a relevância que se dá a algo que assume forma representativa e mental relacionada à forma linguística; o que o signo quer significar; o que se define pelo conceito.

⁵ Sentido se relaciona as diferentes apropriações dos fenômenos violentos e de seus conceitos/significados no tempo e no espaço.

Arendt (1994) inscreve-se entre os grandes pensadores da tradição ocidental, com notável contribuição para compreender a configuração do século XX. Seus estudos visam o mundo como processo; destinos e impasses da modernidade são analisados pontuando seus fragmentos para melhor entendimento de sua totalidade. Sua obra analisa o poder em suas múltiplas expressões e, em particular, na forma do totalitarismo, que ocupou, em larga medida, o seu fazer intelectual. Mas os estudos sobre poder acabam por exigir o desvelamento de várias realidades sociais, entre elas a das violências, tema ao qual a autora dedica, inclusive, uma obra completa. Assim, entender o pensamento dessa intelectual é fundamental para nossa pesquisa e, nesse sentido, sintetizaremos alguns dos elementos mais importantes por ela mobilizados sobre a temática violências.

Hannah Arendt (1994) vai revelando o equívoco dos vínculos feitos, ainda na atualidade, entre violências e instinto, além de ilustrar como é possível uma nova compreensão das violências, estudando os regimes totalitários. Para a autora, poder, autoridade e violências, embora sejam comuns, não significam o mesmo, e não os distinguir, não é apenas uma questão de linguagem imprecisa; já que é no desvelamento dessas noções que podemos sair da “cegueira quanto às realidades que elas correspondem” (ARENDT, 1994, p. 36). Há um equívoco em tomarmos o termo força como sinônimo de violências, especialmente em se tratando de um meio de coerção. Para Arendt (1994), força deveria ser reservada “na linguagem terminológica às forças da natureza ou a força das circunstâncias (*la force des choses*), isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais” (ARENDT, 1994, p. 37). Sobre o poder, afirma nunca ser de um indivíduo, pois pertence a um grupo e só existe por sua coesão, assim, corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. (ARENDT, 1994, p. 36).

A autora explicita, ainda, que:

[...] violência distingue-se de todos estes termos por seu caráter instrumental, pois fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras formas e ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo (ARENDT, 1994, p. 37).

Segundo ela, politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo.

Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparecimento do poder. Isto implica ser incorreto pensar o oposto de violência como a não-violência; falar de um poder não violento é redundante (ARENDT, 1994, p. 44).

A confusão entre poder e violência faz com que as violências não sejam analisadas em si mesmas, uma vez que nem as violências nem o poder são fenômenos naturais, eles pertencem ao âmbito dos negócios humanos, “cuja qualidade essencialmente humana é a garantia pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo” (ARENDT, 1994, p. 60). A melhor relação que podemos estabelecer entre violências e poder é que, onde o poder diminui, há um convite para o aumento das violências.

VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS

Para aproximarmos da escola, reportamo-nos ao trabalho de Bourdieu e Passeron (2008), que trouxe um novo olhar à complexa rede que é o campo das violências, desvendando um de seus aspectos mais peculiares, a violência simbólica. Importa-nos saber que as violências simbólicas são uma forma de coação, apoiada no reconhecimento de uma imposição determinada, seja ela econômica, social ou simbólica. As violências simbólicas se fundam na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se posicionar no campo social, seguindo critérios e padrões do discurso dominante.

Devido ao conhecimento do discurso dominante, a violência simbólica é a manifestação deste conhecimento por intermédio do reconhecimento e da legitimidade desse discurso. Em Pierre Bourdieu (2004), a violência simbólica é o meio de exercício do poder simbólico. A raiz das violências simbólicas estaria presente nos símbolos e signos culturais, especialmente no reconhecimento tácito da autoridade por certas pessoas e grupos. Assim, as violências simbólicas nem sempre são percebidas como violências, mas como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito, que passa a ser naturalizado. Esse fato desvela uma forma de “consentimento”, de compartilhamento de quem sofre, originário da forma como se estabelecem essas relações, ou seja, está presente na estrutura interna do campo social⁶, no qual as pessoas estão inseridas.

⁶ Campo, em ciências sociais, designa um espaço circunscrito, reservado a determinadas operações ou dotado de certas propriedades. O espaço social se compõe de uma pluralidade de campos autônomos, sendo que cada um define modos específicos de dominação e estabelece suas próprias regras. Trata-se de pequenos mundos correspondentes a certos compartimentos da sociedade: campo universitário, campo jornalístico, campo literário, entre outros. “[...] é o universo na qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência, esse universo é um mundo social como os outros, mas obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significação e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 25).

São características da violência simbólica sua aplicabilidade em via institucional, sempre apoiada no efeito da autoridade. A violência simbólica atua de forma sutil, naturalizando as relações dominantes. Na cultura escolar, há profícua produção de esquemas inconscientes que constituem a cultura dominante, transformando a herança coletiva em inconsciente individual.

Em nossa pesquisa, observamos violência simbólica em diversas situações, a título de exemplo, segue denúncia de uma mãe sobre uma situação vivida em ambiente escolar, em que o comportamento do profissional e do aluno permite perceber essa forma de violência.

Seu filho menor de 11 anos de idade, sofre de diabetes, por esse motivo quando de sua matrícula no referido colégio a comunicante alertou o colégio sobre este problema, mesmo assim, o menor foi por diversas vezes impedido de usar o sanitário, causando um certo constrangimento ao menor, na data já especificada o menor ficou suportando a vontade de ir ao banheiro por muito tempo, quando foi pedir ao professor para ir ao banheiro o menor acabou se urinando [...]. Os colegas ficaram chocados. (Boletim de ocorrência).

VIOLÊNCIAS E SUAS DIMENSÕES

No que tange às dimensões macro e micro das violências, valemo-nos dos estudos de Jonh Keane (1996). Esse cientista social traça as principais características dessas dimensões na atualidade, favorecendo o entendimento de como a macroviolência se configura na produção da sociedade civil, tendo levado a humanidade a crer numa sociedade em paz, e assim, permitindo mascarar os crimes praticados durante todo o século XX pelo novo detentor da violência: o Estado. Em sua análise, Keane (1996) vê no nacionalismo do século XXI a maior revelação da macroviolência.

A microviolência que se manifesta nas vivências sociais cotidianas é fruto de muitos fatores, mas o autor destaca a circulação midiática, que converte a violência em meio de passar o tempo, além de exibi-la simbolicamente como modelo, e o desamparo pessoal como processos desencadeadores, inclusive, do crescente assassinato de crianças por seus pais. “Nos Estados Unidos, nos últimos 40 anos, duplicou o assassinato de crianças em seu primeiro ano de vida e quadruplicou entre crianças de um

e quatro anos de idade. Sendo 60% praticado por seus pais” (KEANE, 1996, p. 102). Esse tipo de crime não pode ser visto de forma simplista; é preciso que analisemos toda a pressão da sociedade civil e sua forma perversa de engendrar a vida, que em inúmeros casos leva a atos extremados. É sábio, por isso, o conselho de Spinoza (apud KEANE, 1996, p. 102): “Não ria, não lamente, não condene, compreenda”.

A MICROVIOLÊNCIA NOS CONTEXTOS ESCOLARES

*Toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural.
Pierre Bourdieu (1930-2002)*

Ao pensarmos nas microviolências como expressões do cotidiano social, podemos deduzir que as manifestações desse fenômeno na escola se inscrevem nesta categoria. A periodicidade de sua ocorrência se configura como outro importante elemento que tem merecido atenção dos pesquisadores de violências em escolas. A forma continuada e intencional, ou seja, o abuso sistemático do poder, a repetição, a persistência e a durabilidade são características reportadas pelos autores, constituindo “uma forma de comportamento agressivo, usualmente maldoso, intencional e persistente, podendo durar semanas, meses ou anos e as vítimas estão em situação em que é difícil defenderem-se” (SMITH; SHARP, 1994 *apud* SOUZA NETO; NASCIMENTO, 2006, p. 45). Em nossa pesquisa, reiteradas vezes, constatamos que o sofrimento por violências na escola se prolonga temporalmente, como podemos exemplificar com o relatório de atendimento psicológico em Delegacia de polícia, datado em 12 de novembro de 2007:

- Você falou que ele te bate, sabe dizer quantas vezes isto já aconteceu? (Psicóloga da Delegacia)
- Não sei, mas desde o começo do ano. (Aluna de 11 anos)
- E o que você fazia das outras vezes, contava para alguém? (Psicóloga da Delegacia)
- Eu ia contar pro diretor da escola, ele dizia que ele (aluno agressor de 12 anos de idade) tem problema na cabeça. (Aluna de 11 anos)

Essa periodicidade vai ser definidora também dos danos, tanto para quem pratica o abuso do poder, quanto para quem o sofre. Sabemos, por exemplo, que meninos e meninas que sofrem frequentemente *bullying* são suscetíveis, em até quatro vezes

mais, a tentar suicídio. Fenômeno verificado em várias partes do mundo⁷, gerando em 2011 um novo termo cunhado pelos autores britânicos Neil Marr e Tim Field, na obra *Bullycídio: morte na hora do recreio*⁸.

Ao mesmo tempo, observamos forte relação entre agressor contínuo em ambiente escolar e posterior condenação jurídica. Olweus⁹ (1989 apud SOUZA NETO; NASCIMENTO, 2006, p. 47) afirmou que a probabilidade de condenação em penas julgadas é quatro vezes maior para pessoas que foram agressoras na escola do que para pessoas não agressoras.

Considerando as abordagens teóricas, produzimos, em nossa pesquisa, análise quantitativa em que constatamos que a cada quatro dias do ano letivo, distintos membros de uma comunidade escolar se reportam a Delegacia de polícia para prestar denúncia de violência, dado que nos fez questionar com que periodicidade essas mesmas escolas vão ao teatro, ao museu, ao cinema, perspectivando a ampliação do repertório cultural dos estudantes e profissionais.

Destas denúncias destacamos 35 tipos de práticas violentas descritas nos códigos de justiça, demonstrando, claramente, que a comunidade escolar estava lidando com formas de violências incomuns ao seu contexto em passado recente, como por exemplo, sequestro, tráfico, uso de arma de fogo, *cyberbullying* e maus tratos a animais, como podemos observar neste relato:

Que é professora e que soube por funcionários e alunos que alguns alunos na data acima mataram com pauladas de um cano de ferro um gato no pátio do colégio e depois usavam o animal morto para jogar sobre outros alunos, depois penduraram o gato na tela do pátio da escola. (Boletim de ocorrência)

Ainda sobre a tipologia, observamos violências de cunho sexual com crianças em idade pré-escolar e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, praticadas por profissionais, pais e também por outros estudantes.

O aluno (9 anos) estava bastante agitado tumultuando a aula, foi falar com a orientadora educacional que viu um machucado em seu braço, perguntou do que se tratava e ele disse ser mordida de cachorro. No mesmo dia, a mãe do referido aluno procurou a escola para relatar que seu filho sofrera

⁷ No Brasil, o IBGE fez importante estudo, em 2009, sobre bullying, mas não relacionou os dados ao suicídio. No México, em 2012, foram registradas 5.190 mortes por bullying, segundo estimativas da Universidad Nacional Autónoma de México e do Instituto Politécnico Nacional. Dados disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2014/05/24>>.

⁸ No original *Bullycide Death at playtime*.

⁹ Método criado pelo pesquisador Olweus. O *Olweus BullyVictim Questionnaire* (OBVQ) consiste de 40 questões sobre bullying utilizada na Europa e nos Estados Unidos para estudos sobre o tema, produzindo referências para o trabalho com bullying em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

tentativa de abuso sexual no banheiro da escola pelo aluno (14 anos) que o mesmo o ameaçou com uma faca, que o ato não aconteceu porque alguém entrou no banheiro e o agressor o largou, só que antes mordeu seu braço. (Boletim de ocorrência).

Quanto aos agentes das violências em contexto escolar, tendo em vista os casos analisados, observamos que os adolescentes são os que mais praticam violências (44,30%), dado que confirma o que fora constatado por outros pesquisadores (NUNES; ABRAMOVAY, 2003). No entanto, fomos surpreendidos com os resultados relacionados aos profissionais, nele os docentes aparecem mais entre os que sofrem (26,08%) do que os que praticam violências (19,13%). Todavia, se utilizarmos como indicadores as distintas funções exercidas numa escola por diretores, orientadores, supervisores, administradores, vigilantes, merendeiras e faxineiros, a prática de violência por profissionais ultrapassa a dos alunos com um caso a mais (45,21%). Consideramos esse dado como extremamente relevante, pois desvela uma degradação das chamadas relações de proteção, já que os recursos violentos usados entre pares, no caso alunos(as), são os mesmos dos adultos e profissionais da educação para com os alunos, revelando, entre outras possibilidades, a substituição da autoridade, da perícia e do conhecimento profissional por práticas violentas.

No que concerne à categoria redes de ensino, constatamos que as escolas privadas registram as violências em delegacias de polícia em quantidade semelhante à das escolas públicas, havendo um declínio dos registros das escolas públicas (0,051%) entre o penúltimo e o último ano (tendo como referência 2008), e um aumento dos mesmos nas escolas privadas (0,062%). Este percentual é proporcional ao número de matrícula por rede de ensino. Ao iniciarmos a pesquisa havia a percepção de que as violências ocorridas em escolas privadas encontravam mais resolutividade interna, ao contrário da escola pública que recorreria a outras instâncias, como conselhos tutelares e delegacias de polícia. Também nesse aspecto fomos surpreendidas, visto que na nossa mostra, as escolas privadas judicializam seus conflitos tanto quanto as escolas públicas.

A partir dos dados qualitativos, construímos nove categorias de análises e delas depreendemos dinâmicas que emergem no interior das escolas, como mostram alguns relatos dos envolvidos nessas violências:

1) Imperícia pedagógica no trato com a adolescência e a diversidade humana:

Relata-nos a vítima que é orientadora da escola, que uma das normas da escola é o aluno não usar boné na escola, que o aluno estava usando um e que ela pediu para ele tirar, que ele tirou o boné e ficou girando no dedo, que ela então pediu para ele colocar na pasta porque sabia que ao sair ele iria colocar novamente na cabeça, ele não lhe obedeceu e lhe disse palavra de baixo calão, que chamou sua avó e veio com sua mãe, que a mesma não demonstrou ter autoridade sobre ele e que achou uma bobagem pedir para tirar o boné, que a mãe pediu para ficar com ele até o fim do ano, que ele também lhe chamou de vaca e mentirosa, relatou também que ele já faltou com respeito com vários professores, mas eles não fizeram registro. (Boletim de ocorrência)

2) Comportamentos violentos de estudantes tão complexos que as medidas pedagógicas isoladas sempre são insuficientes, necessitando de intervenção em rede com os serviços de saúde, assistência social e justiça:

O autor é aluno da escola em que a mesma é diretora, que o aluno perturba de várias maneiras [...]. Que desde que ingressou na escola em 2004, o mesmo apresenta comportamento agressivo, ameaçador em relação aos colegas e professores, que o adolescente não consegue ter um relacionamento social [...]. Que furtou a carteira de uma professora, tentou furtar o celular de outra que chama a reclamante e outras funcionárias de vagabunda, que bate nas crianças menores, que vem fora do horário de aula e anda de bicicleta no pátio no meio de crianças pequenas colocando-as em risco. Que os outros alunos estão ficando revoltados com as ações dele e questionam a diretora porque não faz nada. (Boletim de ocorrência)

3) Práticas violentas repetitivas e de conhecimento dos vários segmentos escolares, que as banalizam, aceitam e/ou toleram, e acabam por alimentar o ciclo das violências, naturalizando-as:

Conta que foi buscá-lo no colégio e o encontrou chorando, que o aluno contou que havia sido enforcado por outro aluno, que tudo ocorreu na frente da professora que não interferiu. Que ela procurou a direção e que esta também não tomou providências, que durante sua estada na escola havia outra aluna chorando muito porque também havia apanhado de outros alunos. (Boletim de ocorrência)

4) O uso do silêncio frente às primeiras agressões que costumam ser verbais, aparece como tática¹⁰ de proteção utilizada por profissionais, que assim contribuem para a especialização de padrões mais perversos de agressão:

A situação foi esclarecida, e [...] disse que não iria mais ameaçar nem agredir [...], o que de fato não mais aconteceu até o presente. O declarante salienta que a situação não precisava virar caso de polícia, se a escola tivesse chamado os pais [...] desde o início. (Boletim de ocorrência)

¹⁰ Nos termos utilizados por Certeau (2009).

5) A fragilidade dos trabalhadores da educação que estão sujeitos a contextos tão violentos, os quais alimentam o quadro crescente da desvalorização da carreira do magistério e o assédio horizontal e ambiental.

É professora de biologia, e que na data de ontem um grupo de alunos seus agrediram um outro aluno que é deficiente mental no rosto, que ao tentar defender a vítima, os alunos também a agrediram, que constantemente machucam esse rapaz, que eles ameaçaram ela de que se denunciasses iriam tacar fogo nela. Que está prestando queixa mas que tem medo. (Boletim de ocorrência)

6) Situações de indisciplina, conflitos geracionais ou de convivência em grupos, tornam-se casos de polícia e tentativa vã de que a delegacia de polícia resolva problemas próprios de contextos escolares, evidenciando a banalização da pedagogia e do sentido social da escola:

A comunicante possui uma filha de 11 anos [...]. Diz que a menina tem um estilo de vida diferente do convencional, usa roupas pretas e acessórios. Diz que no primeiro dia de aula teve problemas com a escola. A professora disse que não podia usar aquelas roupas e acessórios, pois tira a atenção, a roupa é muito chamativa [...]. A coordenadora do colégio, mandou o diretor chamar a polícia. Diz que a polícia foi lá e a menina foi atendida pelo soldado [...] que disse ser a menina perturbada mental. Após este fato, as crianças ficam pegando no pé [...] perguntando se ela tem problema mental e o Diretor [...] perguntou se ela usava drogas [...]. A comunicante quer representar o colégio. (Boletim e ocorrência)

7) Intervenção do sistema de justiça nos contextos escolares de forma hierárquica e verticalizada, promovendo novas modulações de violências, muitas vezes, travestidas de direitos protetivos para crianças e adolescentes. Dentre eles estão os acordos judiciais nas varas de família que envolvem a escola sem a ouvir, ou ao menos comunicá-la, perdendo a dimensão das consequências em relação a situação vexatória a qual a criança, sujeita do direito, está exposta, além de toda a comunidade escolar, quando o resultado são brigas entre adultos (pais) no interior de uma escola.

Relata que a autora é sua ex-mulher e que o mesmo possui com ela uma menina de 4 anos. Diz que ela não está cumprindo com a decisão judicial em relação à visita que o comunicante tem direito (vide cópia do termo de audiência em anexo). Termo de Audiência - 1) A filha ficará sob a guarda da mãe; 2) O pai terá direito de ficar com a filha em fins de semana alternados, devendo buscá-la na sexta-feira no colégio e devolvê-la no domingo às 20:30 horas. Quando vai buscar, ou a mãe já a levou para casa e a diretora deixou, ou começa uma briga na escola. (Boletim de ocorrência)

8) Alguns profissionais percebem-se em grau de humanidade superior em relação a alguns estudantes e suas famílias, o que lhes “confere” autoridade para a prática de atos violentos:

Relata a mãe que sua filha (14) é alvo de piadas constante dos colegas que dizem que ela fede, que tem chulé, a moça suporta isto desde criança nesta mesma escola, mas hoje foi o pior dia, porque a professora também riu e zombou dela, o que a mãe acha que não está certo. (Boletim de ocorrência)

9) Há uma estreita relação entre fracasso escolar e famílias que praticam violência na escola. Essa constatação é visível nos depoimentos, em que pais e mães relacionam suas atitudes de agressão aos profissionais da escola com suas trajetórias escolares, muitas vezes, vivenciadas nos próprios ambientes onde ocorreram os fatos:

A mãe afirma que bateu sim na professora, e disse que está cansada de ver seus filhos maltratados, ela mesma foi aluna nesta escola e sabe bem como funciona, ela foi expulsa por uma bobagem e está vendo a hora que seu filho também vai ser, ficando na escola já quase não se aprende, imagina quando é expulso. (Depoimento prestado em delegacia de polícia)

Os elementos mobilizados no quadro desta pesquisa permitiram responder à hipótese inicial de que a violência nos contextos escolares pode ser entendida de forma diversa do que a usualmente divulgada, consistindo em mera reprodução da violência externa. Constatamos, portanto, modulações específicas e concernentes ao contexto escolar, demonstrando sua dinâmica.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dulmará, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 Artes de fazer. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GEERTZ, Clifford. **As interpretações das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- KEANE, John. **Reflexiones sobre la violencia**. Madri: Alianza Editorial, 1996.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública** (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, v. X, n. 1, p. 7-18, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007-2008.
- NUNES, M. F. R.; ABRAMOVAY, M. **Escolas inovadoras**: experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Brasília: Unesco; Fundação W. K. Kellogg; Unirio, 2003.
- SOUZA NETO, J. C. S.; NASCIMENTO, M. L. B. P. (Orgs). **Infância**: violência, instituições e políticas públicas. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

Julia Siqueira da Rocha

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da UFSC, na linha Sociologia e História da Educação com pesquisa sobre Violências e Justiça Escolar, estágio sanduíche realizado na Université de Strasbourg, (Contemplada com bolsa de um ano pela CAPES). Efetiva na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em políticas públicas para educação, escola, violências e currículo. (Bolsista FUMDES).

E-mail: jsiqueiradarocha@gmail.com.

Ione Ribeiro Valle

Pós-doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris (2014), doutorado em Ciências da Educação pela Université René Descartes - Paris V Sorbonne (2001).
É professora associada do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq Nível 2. Na UFSC atua na Graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação, orientando trabalhos de Iniciação Científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

E-mail: ione.valle@ufsc.br.